

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 84 - 2ª quinzena de Março/94 - CR\$ 420,00



JORNAL DE BRASÍLIA

Contra o Plano FHC-2

Movimento sindical realiza manifestação, em Brasília, contra as perdas do plano eleitoreiro do PSDB-PFL e marca greve geral para o dia 23 de março.

Págs. 4, 5 e 6

BANCADAS

O caso Israel ainda vai azedar o sorriso de Fleury e de Quércia
Página 7

ELEIÇÕES

Lula amplia contatos visando alianças
Página 3

PREFEITURAS

Diretório Municipal do PT de Salvador avalia o governo tucano de Lídice da Mata
Página 8

ALIANÇAS

Resoluções do Diretório Nacional
Página 5

Caro Lula

Tomei a liberdade de escrever para entrarmos num diálogo sobre a sua candidatura a presidente, que pelas pesquisas começa a deixar a elite preocupada. Já estão estudando formas para tirá-lo do poder, como aconteceu na outra eleição. Desta vez vamos nos preparar pois já conhecemos a audácia deles e a força do poder econômico. Numa nação onde 40% da população está na miséria, a ponto de a gente pensar em desrespeitar a constituição e partir para o salve-se quem puder, a única esperança é que o senhor e o PT possam dar um jeito nessa situação insuportável.

Eu sou um simples operário, já no fim da vida. Tenho 63 anos e não me aposentei porque fui lavrador até os 40 anos, e agora só por idade. Isso eu devo ao Congresso, que nunca pensou na população pobre(...)

Seria bom o senhor conhecer bem a situação do operário do interior. Gostaria de ser útil ao senhor, pois assim eu seria útil à nação e a mim mesmo(...) Peça a Deus que lhe dê força e saúde para vencer esta eleição. Escrevo de Piracicaba, onde mora meu filho, mas vivo trabalhando em hidroelétricas, nas barreiras dos rios e no meio do mato.

Americo Barcelos Ferreira
Piracicaba (SP)

Preconceito

Lamentável a posição das deputadas Benedita da Silva e Irma Passoni no que se refere ao Plano de Governo do PT para as eleições deste ano.

Esta versão do PG-94, feita depois de uma consulta às bases e aos movimentos envolvidos, ainda é uma proposta, um rascunho para discussão. A grande polêmica talvez seja a forma anti-democrática com que a Igreja trata de questões relacionadas à sexualidade.

As deputadas têm todo o direito de discordar das propostas dos homossexuais. Isso é um princípio democrático que o PT sempre fez valer. Os homossexuais organizados dentro do Partido também têm o mesmo direito de contestar os valores medievais que a deputada Irma Passoni defende. Se as deputadas possuem posições contrárias, devem colocá-las no fórum certo de discussão, ou seja, nos núcleos, nas reuniões de trabalhadores, sindicalistas, portadores de deficiência, mulheres, homossexuais etc.

Defendo o PG-94 e estarei nas reuniões, discutindo as propostas que combatem a discriminação por orientação sexual. Gostaria muito que as deputadas fossem nessas reuniões e exercessem o direito democrático de defender suas idéias, ao invés de radicalizarem suas posições, baseando-se em dogmas religiosos que só servem para aumentar o preconceito e a discriminação, dos quais são vítimas os homossexuais.

William Aguiar
Membro do Grupo de Gays
e Lésbicas do PT

Já saiu o Programa de Governo

Em breve estará à venda nos diretórios, mas você já pode encontrá-lo na Teoria & Debate
fone: (011) 220.2103
preço unitário
CR\$ 3.000,00

EDITORIAL

Armação desmascarada

“A suspeita recai sobre a intolerância do PT, que armou o braço do assassino” (Paulo Maluf). “Todos os indícios do crime levam à CUT e ao PT” (Francisco Dornelles). “O assassinato foi queima de arquivo que só interessava à CUT e ao PT” (Luiz Antônio de Medeiros). Essas “explicações” para o assassinato do presidente do Sindicato dos Condutores do ABC, Oswaldo Cruz, ocuparam as manchetes dos jornais de todo o país.

Minutos depois dos quatro tiros disparados por José Benedito Barbosa, o estrondo: os telejornais da noite de seis de janeiro davam início ao câro cada vez mais afinado de acusadores. Um crime com testemunhas, um autor com nome, endereço e CPF conhecidos. Mas que nada: os vilões da história eram a CUT e o PT.

Os petistas já conheciam o enredo. Quem não se lembra de Leme, em 86, quando dois canavieiros foram mortos a tiros durante uma greve? A responsabilidade, na época, foi atribuída ao PT em manchetes garrafais. Só quatro anos depois a verdade, publicada num pé de página, atestava que o crime foi obra de policiais militares.

No ritmo do coral regido por Maluf e Medeiros, o governador Fleury reincidiu: foi buscar o delegado Nelson Silveira Guimarães — o mesmo que vestiu camisetas do PT nos seqüestradores de Abílio Diniz, quando Fleury era secretário de Segurança — para presidir o inquérito.

Essa foi a armação de janei-

ro, frustrada após o retorno da investigação à Delegacia Seccional de Polícia de Santo André (SP). O relatório do inquérito, assinado pelo delegado Fernão de Oliveira Santos, afirma: “Do exposto e através do que pôde ser investigado, concluímos que José Benedito de Souza, vulgo ‘Zezé’, assassinou Oswaldo Carvalho Cruz Júnior, utilizando um revólver calibre ‘38’.(...)O crime aconteceu por motivos e desavenças pessoais num clima de muito antagonismo e briga pelo poder reinante no Sindicato. (...)Não nos convenceu (sic) as alegações do indiciado no sentido de que agiu em legítima defesa. Não houve participação da Direção da CUT ou do Partido dos Trabalhadores na prática do crime”.

Essa foi mais uma armação desmascarada — felizmente, com mais agilidade. Temos que estar atentos às próximas. Não vão faltar cidadãos aparentemente insuspeitos para assinar novas tentativas. Como o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio Carlos Amorim, aquele que denunciou “um partido” que estaria recebendo “dinheiro sujo” para fazer campanha. O desembargador voltou atrás, depois de ocupar muitas manchetes. Até 15 de novembro, portanto, teremos que estar muito atentos, vigilantes. Mas sem permitir que o cuidado nos roube a alegria. Afinal, ainda somos o povo que não tem medo de ser feliz.

Luiz Eduardo Greenhalgh
vice-presidente do PT

BOLETIM NACIONAL

Março/94
2ª quinzena Nº 83

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo/SP
Fones (011)223.7999/7904
Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação

Markus Sokol

Secretário Adjunto

José Américo Dias

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos

Editoração Eletrônica

William Aguiar

Assinaturas/Expedição

Ronney Lopes

Impressão

Central Print

CAMPANHA LULA

Novos contatos visam alianças

Programa de governo, alianças estaduais e a frente democrático-popular para a disputa da presidência. Com essa pauta, Lula iniciou, no último dia nove, uma série de contatos com partidos e lideranças políticas. A agenda de conversas começou, em Brasília, com encontros com o ex-governador Miguel Arraes (PSB-PE) e com o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Dois dias depois, Lula reuniu-se com a Comissão Executiva Nacional do PC do B. Estão previstos, ainda, contatos com os deputados tucanos Sigmaringa Seixas (DF), Waldir Pires e Jutahy Magalhães (BA), e com a direção nacional do PPS. Na terça-feira, 15 de março, Lula voltou a se encontrar com a direção nacional do PSB para uma avaliação do Plano FHC e a preparação da ação conjunta das bancadas do PT e PSB contra o plano. Os dois partidos estão conversando, também, sobre os nomes cotados para disputarem a vice-presidência na chapa de Lula.

Tucanos

A anunciada aliança entre o PSDB e o PFL trará para a candi-

data de Lula o apoio de amplos setores tucanos, descontentes com o curso à direita da direção nacional de seu partido. Essa é a avaliação da coordenação do Comitê Lula-94, após um balanço dos contatos já mantidos com lideranças do PSDB. O Comitê Lula-94 tem reuniões semanais, sempre às segundas-feiras, em São Paulo. Na reunião do último dia 14, foi constituído o Grupo de Avaliação de Conjuntura, que subsidiará a coordenação da campanha. O grupo é coordenado pelo cientista político Francisco Weffort e é composto pelos seguintes nomes: Antonio Martins, jornalista; Davi Capistrano, prefeito de Santos (SP); Frei Betto, filósofo e jornalista; Jacob Gorender, historiador; João Pedro Stédile, coordenador nacional do Movimento Sem Terra; Jorge Almeida, membro da CEN-PT; Jorge Matoso, economista; José Albino, coordenador da Central de Movimentos Populares; Luiz Gushiken, deputado federal PT-SP; Marcos Piva, jornalista; Plínio de Arruda Sampaio, advogado; Sergio Sister, jornalista; Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Carta aberta ao PSDB

O país se aproxima de momentos decisivos da sua história. Em sete meses, com a realização das eleições gerais, o povo será chamado a decidir entre a continuidade da hegemonia das forças conservadoras ou reforma do estado sob direção das correntes progressistas. O Partido dos Trabalhadores empenha-se, e não é de hoje, na construção de um programa que permita a unidade de todos os partidos e segmentos sociais comprometidos com as reformas democráticas que, historicamente, têm marcado a trajetória dos militantes do PSDB e do PT.

Lamentavelmente, os principais dirigentes peessedebistas vêm imprimindo um outro rumo à sua atividade política. Comprometem-se com um processo de revisão da Constituição de 1988 que tenta eternizar o domínio das oligarquias e seus privilégios. Na condição de governo, formulam e executam uma política econômica que, na sua essência, preserva a orientação neoliberal do governo Collor, não enfrentando os privilégios do sistema financeiro, nem as remarcações especulativas dos setores oligopólicos. E, ultimamente, apesar de nossos esforços, aproximam-se dos eternos sócios do poder, aglutinados ao redor do PFL de Antônio Carlos Magalhães.

A continuidade dessa opção política imprimirá uma marca nitidamente conservadora ao PSDB. O

nome do ministro Fernando Henrique Cardoso à presidência da República vai sendo colocado a serviço das elites conservadoras como única alternativa para enfrentar o amplo movimento reformador representado pela candidatura do companheiro Lula. Não acreditamos que este seja o desejo da maioria dos militantes e dirigentes do PSDB.

Estamos confiantes de que esse quadro possa ser revertido. Já vimos o vigor da reação das bases tucanas quando esses mesmos dirigentes buscaram levar o partido à adesão ao governo Collor. Novamente, apelamos aos companheiros: impeçam que o PSDB encabece uma coalisão conservadora contra o campo democrático e popular.

Chamamos o PSDB a enfrentarmos juntos essa hora histórica. A romper com as tentações neo-liberais, presentes inclusive no Plano FHC2. A formular um programa unitário baseado no compromisso com o desenvolvimento sustentado, o combate à inflação, a democracia e a defesa dos interesses das grandes maiorias nacionais. A integrar-se, desde o primeiro turno, à caravana da cidadania e da esperança simbolizada por Luiz Inácio Lula da Silva. Esse é o caminho da unidade.

São Paulo, 6 de março de 1994
Diretório Nacional do PT

CUPOM DE ASSINATURA

Envie este cupom, juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, no valor de sua assinatura, para: Rua Conselheiro Nébias, 1052 - CEP 01203-002 - São Paulo

Nome _____

Endereço _____

_____ Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Estado _____ Cidade _____

Assinatura semestral (12 edições) CR\$ 4.200,00

Assinatura anual (24 edições) CR\$ 8.400,00

preço válido até 30/03

Carta Eleitoral

Para tornar mais democrático o exercício de mandatos eletivos, o PT deve aplicar rigorosamente as seguintes resoluções, que são os tópicos desta **Carta Compromisso dos Candidatos** — a ser assinada obrigatoriamente por quem se disponha a disputar uma vaga nas chapas apresentadas pelo PT.

Os candidatos, considerando o caráter partidário do seu mandato, desde já reconhecem ao Partido dos Trabalhadores o direito de tomar todas as medidas necessárias para manter esse mandato contra eventuais decisões dos eleitos que, fraudando a vontade do eleitorado, por qualquer razão, rompam com o

programa pelo qual foram eleitos e decidam não permanecer no partido. O mandato de parlamentares, eleitos pela legenda do Partido dos Trabalhadores, deve estar a serviço do programa do partido. Por sua vez, as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias. Em caso do titular abandonar as fileiras do partido, este perderá seu mandato que será automaticamente assumido pelo suplente. Os candidatos do PT reconhecem explicitamente este direito do Partido, independente das razões que os levarem a, por ventura, abandonar as fileiras do PT.



Barrar a Revisão Constitucional

1. O DN reafirma a posição do 8º Encontro Nacional do PT contrária à revisão constitucional, que investe contra os direitos dos trabalhadores e golpeia a democracia através de casuísmos destinados a manietar o futuro presidente da República.

2. Ilegal, ilegítima, inoportuna e imoral, a revisão converteu-se num imenso balcão de negócios, no qual se transacionam interesses fisiológicos para fabricar uma candidatura anti-Lula.

3. Ameaçada de fazer água, a revisão constitucional não terá no PT nenhum movimento voltado para salvá-la.

4. O PT, em conjunto com os demais partidos que se opõem à revisão, apóia e estimula as mobilizações para inviabilizar o

processo revisional. Nesse sentido, convoca os filiados a participarem do ato convocado pelas centrais sindicais para o próximo dia 15, em Brasília.

5. O PT e sua Bancada Federal continuarão se empenhando para barrar a revisão, insistindo na democratização do regimento, no livre acesso de cidadãos aos debates do Congresso e na definição de uma agenda que preserve os direitos fundamentais, a intocabilidade dos monopólios estatais bem como as conquistas dos trabalhadores já inscritas na Constituição.

6. De acordo com a orientação partidária, a Bancada Federal e a CEN utilizarão todas as táticas parlamentares com o objetivo de impedir casuísmos e retrocessos na revisão.

Caravana volta ao Nordeste

Vai partir mais uma Caravana da Cidadania, desta vez para os estados do nordeste não visitados pela primeira Caravana. Os caravaneros — entre eles, Luiza Erundina, Telma de Souza, Davi Capistrano, Maria de Fátima (do MST), José Graziano, Frei Beto, Leonardo Boff, Vicentinho, Oded Grajew, além de dirigentes de cada estado visitado pela caravana — partem dia 19 de março, percorrendo os estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Roteiro

A quinta Caravana seguirá o seguinte roteiro:

Dia 19 — Timom (MA) e Teresina (PI); dia 20, no Piauí — Amarante, Comunidade Mimbó, Floriano, Oeiras e Picos; dia 21 — Picos,

Santo Antonio de Lisboa e, no Ceará, Tauá, Novo Oriente e Crateus; dia 22 — Crateus, Boa Viagem, Madalena, Quixeramobim e Quixadá; dia 23 — de Quixadá para Choró Limão, Canindé e Fortaleza; dia 24 — de Fortaleza para Maracanaú, Pacaju, Cascavel, Aracati e Icapuí; dia 25 — de Icapuí para Limoeiro do Norte e, no Estado da Paraíba, Cajazeiras; dia 26 — de Cajazeiras para Souza, Patos, Soledade e Campina Grande; dia 27 — Campina Grande, Alagoa Grande, Guarabira, Sapé, Itabaiana, João Pessoa, onde permanece no dia 28; dia 29 — Montanhas (RN), Santo Antonio, Santa Cruz, Currais Novos e Mossoró; dia 30 — de Mossoró para Açu, Ipan-guaçu, Macau, João Câmara e Natal, onde ficam até dia 31.

O Plano FHC2 começa, enfim, a ser definido. Depois de dez meses em que a atual equipe assistiu a inflação praticamente dobrar até um patamar superior a 40% ao mês, foram promulgadas medidas provisórias que, praticamente, se concentraram em aprisionar o salário a um novo índice — a URV — enquanto os preços permanecem sem controle. O plano converteu os salários pela média quadrimestral, num contexto de uma violenta aceleração especulativa dos preços que não foi, evidentemente, incorporada no cálculo do salário médio.

Perdas salariais

Mais ainda, no cálculo dessa média salarial passada, não se pode esquecer o violento arrocho a que a maioria das categorias vinham sendo submetidas, em função de uma política que se recusava a repor a inflação mensal. Dados do DIEESE confirmam que, neste processo de cálculo da média, as perdas podem chegar a 10%. Mais ainda; em relação ao salário de pico na data-base, as perdas variam de 25 a 40%.

Quanto ao salário-mínimo, foi congelado em US\$64,79, o que corresponde a uma perda, em dólares, de um terço do valor que tinha em agosto de 91, US\$ 99,1, no quadro da política econômica recessiva e desestruturadora do governo Collor.

Na ponta dos preços, o que se constata é o oposto. Estão inteiramente liberados, e alguns setores oligopólicos, como a indústria automobilística, estão anunciando a passagem em URV acumulando ganhos reais iniciais de 12%. Fenômeno semelhante se deu no setor das escolas particulares, sem esquecer do trágico: a cesta básica passou, em uma semana, de US\$ 83 para US\$ 95. Já se registra, portanto, uma inflação em URV.

Vamos ao grande privilegiado de

Contra o P

todos os planos — o sistema financeiro.

As taxas de juros continuam nos 26% anuais, e tendem a aumentar, em patamar estupidamente superior aos níveis internacionais de 3,5% a.a. — política suicida, que agrava o endividamento público e corrói o ajuste fiscal imposto pelo Fundo Social de Emergência, que trouxe o sacrifício da Educação, da Saúde e da Habitação Popular a pretexto de alcançar o equilíbrio orçamentário.

Danos para o País

As indefinições em relação à implantação da terceira fase — a que introduz a nova moeda — aumentam nossas preocupações. A perspectiva de dolarização da economia, parte da estratégia neoliberal, e estimulada pelo “ajuste estrutural” imposto pelo FMI, podem ter consequências dramáticas para o futuro da economia brasileira. O País perde o controle da política monetária e cambial, a soberania da moeda, o que leva a perdas irreparáveis no comércio exterior e à desindustrialização. Não podemos aceitar a transformação do Banco Central numa agência subalterna do *Federal Reserve* dos Estados Unidos.

Nesse cenário, com as reservas cambiais de US\$ 35 bilhões, geradas com um pesado custo econômico, é até possível criar uma estabilidade aparente, de curta duração, com objetivos exclusivamente eleitorais, mas com consequências desastrosas para o País.

Há um estelionato eleitoral em marcha, comandado pela mesma equipe do Cruzado em 1986, contexto em que o atual Ministro da Fazenda conseguiu sua única vitória pelo voto.

Contra o Plano

Estamos apresentando no Congresso Nacional, através de nossa bancada parlamentar, as seguintes propostas, procurando articular políticas de estabilização da moeda com um modelo de desenvolvimento econômico voltado para o enfrentamento do apartheid social, e gerador de um mercado interno de massas:

Plano FHC2

1- Salário Mínimo - Indexado à Cesta Básica, cujo índice não pode ser revogado, como pretende a Medida Provisória, e amparado por medidas de estímulo à produção agrícola e abastecimento.

2- Reposição das perdas salariais - Imediata para as perdas decorrentes do cálculo da média, e progressiva para a recomposição do salário de pico, negociada na data-base.

3- Gatilho salarial - Para proteção de salários na próxima etapa da política de estabilização.

4- Controle de preços - Imediata conversão em URVs, nas mesmas regras do salário para todos os setores oligopolizados, com expurgo das altas e atípicas elevações de preços nos últimos dias de fevereiro; ativação das câmaras setoriais para viabilizar controle social da política de preços; acionar as medidas punitivas contra abuso do poder econômico e aplicar as leis de defesa da Economia Popular.

5- Controle do Sistema Financeiro - Conversão imediata dos depósitos bancários, à vista, em URV; negociar o alongamento da dívida interna e redução das Taxas de Juros. O PT conclama Sindicatos, Movimentos Populares, entidades representativas da Sociedade Civil, assim como os Partidos políticos do campo popular e democrático, a se mobilizarem para reverter o rumo que está sendo imposto à política econômica do País.

Nesse sentido, o PT convoca sua militância a integrar-se aos processos de mobilização em curso nos sindicatos e entidades populares, emprestando seu apoio às formas de luta que venham a ser deliberadas pelo movimento sindical, inclusive uma greve geral ora em discussão. O PT, especialmente, orienta seus Diretórios a respaldar firmemente a caravana convocada por todas as centrais sindicais para o próximo dia 15, em Brasília, quando deverá ser votada a MP434 pelo Congresso Nacional.

Resolução do Diretório Nacional - reunião de 4 e 5 de março

Resolução sobre Política de Alianças

1. A política de alianças do Partido dos Trabalhadores está centrada na compreensão de que o Brasil exige a unificação de todos os setores populares para superar a crise em que foi mergulhado pela atuação das elites. O país exige profundas transformações estruturais que garantam a democracia, o combate à fome e à miséria, o acesso à terra, o direito à casa, ao trabalho, escola, saúde e ao exercício da cidadania. Para viabilizar este amplo movimento por reformas estruturais, o Partido dos Trabalhadores e a candidatura Lula devem se articular com setores estratégicos: o movimento sindical e popular, o movimento estudantil e a juventude, o movimento de mulheres, os setores culturais e artísticos e ambientalistas, os trabalhadores rurais, as pastorais populares, todos os organismos de participação que a sociedade civil brasileira construiu nos últimos anos.

Esta aliança deve ser ampliada com setores empresariais que se identifiquem com estes propósitos e que apostam no fortalecimento de um projeto nacional.

Só com a unificação da vontade transformadora dos excluídos em torno de um programa democrático e popular seremos capazes de vencer as eleições e governar o país para inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento para o país, com distribuição de renda, riqueza e poder. O PT deverá lutar para que a campanha eleitoral produza uma profunda clarificação política no país, colocando frente a frente nosso projeto de reformas estruturais contra as velhas alternativas conservadoras, ainda que travestidas de modernidade.

Esta posição não só transformaria o difuso voto-protesto pró-Lula em voto consciente por um programa democrático e popular, como abrirá alternativa para a crise do frágil sistema partidário brasileiro, colaborando para uma nova aglutinação de forças renovadoras. Uma tal política permitirá criar um espaço de entendimento para os setores de todos partidos que cumprem os mesmos princípios éticos e a mesma vontade de mudar o país em proveito das grandes maiorias. Esse movimento se materializará na constituição dos comitês po-

pulares pró-Lula presidente, e se ampliará com plenárias e encontros nacionais que darão caráter de massa à campanha.

2. Considerando a resolução sobre política de alianças aprovada no 8º Encontro Nacional, o PT intensificará prioritariamente os contatos com PSB, PV, PCB, PC do B, PSTU e PPS objetivando constituir, desde já, com estes partidos uma ampla frente de apoio à candidatura Lula e a elaboração conjunta do programa democrático e popular que ofereceremos à nação.

Ao mesmo tempo, a Direção Nacional do PT buscará ampliar esta aliança com setores progressistas e democráticos do PMDB e PDT que se disponham a somar forças à candidatura Lula.

3. Considerando que o PSDB, ao lado dos partidos conservadores, se tornou no principal suporte do Governo Itamar e agora do Plano FHC - um plano de estabilização de caráter recessivo, que expropria salários e libera preços, não toca nos interesses dos oligopólios e do capital financeiro, não se articula com um programa de desenvolvimento com distribuição de renda; Considerando que a cúpula do PSDB reforça atualmente os interesses conservadores no Congresso Revisor; Considerando que apesar de o PT ter aprovado desde o seu 8º Encontro Nacional a política de alianças com o PSDB expressa em diversas oportunidades pelo companheiro Lula, a direção do PSDB ao contrário tenta conduzir o partido para ressuscitar o cadáver da aliança democrática com o PMDB e o PFL; conforme expressou publicamente o seu presidente Tasso Jereissati. Desta forma, a cúpula do PSDB nega suas pretensões democráticas, se converte numa agremiação aliada aos se-

tores conservadores, tentando tornar-se alternativa política para viabilizar uma candidatura anti-Lula. O caminho escolhido pela direção do PSDB conduz o partido a um afastamento cada vez maior dos setores democráticos e populares, e com a perspectiva de transformações profundas na sociedade brasileira. Tal posição, se confirmada, inviabilizará uma aliança nacional com este partido.

O PT continuará buscando, em todas as regiões do país, os setores do PSDB identificados com o programa de reformas estruturais que propomos para consolidar o arco de alianças capaz de viabilizá-lo.

Além disso, o PT lançará em todo o país os comitês populares pró-Lula como instrumentos de incorporação a nossa campanha de setores sociais expressivos.

Mais ainda, o PT lançará as frentes de parlamentares e prefeitos em cada estado como forma de construir um espaço concreto de participação para setores políticos de que não estão no nosso campo de aliança, mas querem apoiar Lula.

4. A busca de diálogo com setores políticos e sociais deve mobilizar o conjunto do nosso Partido. Deve, também, se combinar com o fortalecimento de nossas candidaturas estaduais, como já vem ocorrendo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal, Acre, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, entre outros, de acordo com a política traçada pelo Diretório Nacional. Candidatos já escolhidos pelo Partido, os companheiros destes estados desenvolvem discussões programáticas com partidos do campo popular visando alianças, organizando a militância e acumulando forças para a candidatura Lula.

A Política de alianças no Ceará

1. Considerando a resolução aprovada nesta reunião com relação à política de alianças, em particular no tocante às posições do PSDB;

2. Considerando que o PSDB tem no Ceará uma das suas principais bases de sustentação à política nacional seguida pela sua direção, conforme expresso na resolução de política de alianças;

O Diretório Nacional resolve:

1. Orientar o DR do Ceará a lançar candidatura própria para debate com o PSB, PPS, PC do B e PV, visando construir uma alternativa para a disputa do Governo do Estado.

2. As discussões com o PSDB ficam condicionadas aos rumos que este partido determinar em sua política nacional.

RELACÕES INTERNACIONAIS**Congresso de camponeses**

A capital peruana foi sede, entre 21 e 25 de fevereiro, do I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo, que consolidou os passos dados desde 89 rumo a uma articulação continental — o Movimento Continental de Resistência Indígena, Negra e Popular. O objetivo do Congresso foi o intercâmbio de experiências e a busca da coordenação de ações conjuntas, fincando, assim, as raízes de uma organização que combaterá as políticas neoliberais.

O Congresso contou com a participação de 285 delegados de 20 países — 17 da América latina, 3 da Europa — que representaram 84 organizações camponesas.

O Brasil teve uma participação significativa com delegados do MST, do Departamento Rural da CUT, da CPT, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento de Sobrevivência da Transamazônica. Lula enviou uma

mensagem aos participantes desejando êxito nos trabalhos: “temos certeza de que as resoluções deste I Congresso repercutirão em nossos países e significarão um passo importante na Luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores do campo”.

Mensagem

Lula recebeu a seguinte mensagem de apoio assinada pelas 60 organizações presentes ao Congresso:

“...Decidimos expressar nossa adesão e respaldo à sua candidatura. Estamos certos de que o povo brasileiro, sem medo de ser feliz, se encarregará nas urnas de abrir uma brecha para dizer basta ao neoliberalismo e suas políticas de fome, marginalização, desintegração e subordinação ao imperialismo, basta às elites corruptas e seus desgovernos.

Nossas organizações estarão alertas para que não se pretenda distorcer a vontade de nossos irmãos brasileiros com campanhas sujas nem ações fraudulentas.”

Massacre em Hebron

O secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, enviou ao embaixador da Organização pela Libertação da Palestina no Brasil, Dr. Ahmad Sobeh, a seguinte mensagem: “Recebi de Lula a incumbência de dirigir ao presidente Yasser Arafat através de V.Sa., mensagem que expressa nossa revolta e dor diante do massacre de dezenas de palestinos em uma mesquita em Hebron. Esperamos que a comoção mundial que tal tragédia provocou contribua para que se acelere o processo de paz no Oriente Médio e para a futura criação de um Estado Palestino, única saída para os

impasses históricos da região. Compartilhamos de seu pesar e de toda nação palestina, expressamos em nome do Partido dos Trabalhadores nossa solidariedade.”

Resposta

“A Delegação Especial Palestina cumprimenta-o atentamente e em seu nome e em nome do povo palestino, agradece a calorosa manifestação de solidariedade enviada pelo distinto companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT, expressa em sua correspondência de 28/02/94, sobre o hediondo massacre ocorrido em Hebron.”

SINDICAL**Mobilização rumo à greve**

A direção nacional da CUT aprovou a deflagração de greve geral para o dia 23 de março. A CUT apresentou à sociedade, no início do mês, uma proposta de emenda à Medida Provisória 434. Para garantir sua aprovação, convocou, para o dia da votação (15/3), todas as suas instâncias e as entidades da sociedade civil a organizarem um Dia Nacional de Mobilização como preparação à greve.

As bandeiras específicas da CUT para a greve geral são: Contra a Revisão Constitucional; Contra o Plano FHC-2; Reforma Agrária; Não pagamento da Dívida Externa.

Os pontos consensuais aprovados pelas centrais sindicais contra a MP 434 são: 1) salários — a conversão em URV pelo salário contratado; 2) inflação residual da nova moeda — quando for implantado o real como nova moeda, que se mude a partir do cruzeiro real e não da URV; 3) gatilho — a partir de uma determinada inflação o mesmo percentual seja aplicado aos salários, como forma de prevenção; 4) salário mínimo — vinculação à variação dos preços da cesta básica, calculada pelo Dieese; 5) aposentadorias — equiparação com o salário mínimo; 6) preços — mecanismos de monitoração para acompanhar os preços.

Vitória dos Portuários

O sindicato dos Portuários de Pernambuco, recentemente reconquistado das mãos dos pelegos, está comemorando a vitória da greve realizada no dia 10 de março. A administração portuária, à revelia da própria lei, criou um quadro de trabalhadores supletivos que prestariam serviços na falta de operários efetivos (aproximadamente 50), que são servidores públicos federais. Este quadro é de 400 trabalhadores que são requisitados diuturnamente e não têm registro em carteira, nem direito a férias ou 13º salário. Muitos trabalham nessas condições há 15 anos. O reconhecimento des-

ses trabalhadores como funcionários da Administração do Porto do Recife era a maior reivindicação da categoria.

O sindicato entrou na Justiça do Trabalho, mas não conseguiu acordo pois os representantes da Administração do Porto de Recife não compareciam às audiências. Resolveram, então, cruzar os braços para obrigá-los a negociar. A paralização, que contou com o apoio da CUT-PE; sindicatos cutistas, parlamentares petistas e do PC do B/PE, levou à realização da audiência e a categoria espera para maio a promulgação da sentença, com certeza favorável aos trabalhadores.

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**Recado aos vereadores**

O Boletim Nacional é hoje o veículo de comunicação do partido com suas bases. Falar com o partido de forma rápida e eficiente é a meta. Para que isto aconteça, e se consolide, é preciso que o número de assinantes do BN tenha um significativo crescimento.

É dever de todo o parlamentar petista ser assinante do BN. Para isto a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais e Políticas Públicas (SNAI) em acordo com a Secretaria Nacional de Comu-

nicação (SNC) estará enviando gratuitamente aos vereadores as próximas três edições do BN — do nº 84 ao 86 —, buscando incentivar novas assinaturas.

Desde logo avisamos que utilizaremos o cadastro da SNAI, que acreditamos estar incompleto. Por isso pedimos aos companheiros vereadores que ainda não enviaram seus dados para a SNAI que o façam já — para Namir Bueno, por carta ou telegrama no endereço do Diretório Nacional, ou pelo fax (011) 222.9665.

FORMAÇÃO POLÍTICA**Seminário sobre PG**

Foi realizado em 25, 26 e 27 de fevereiro, no Instituto Cajamar, um Seminário sobre o Projeto de Programa de Governo Lula-94, promovido pela Secretaria Nacional de Formação Política, com o objetivo de subsidiar a discussão nos encontros municipais e estaduais do partido, contribuindo para a definição de formas mais participativas.

O Seminário teve 26 participantes, de 9 estados (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e do Distrito Federal, em geral Secretários de Formação Política estaduais ou coordenadores estaduais das comissões de programa de governo.

Houve 5 mesas de discussão do conteúdo do projeto de programa: Crise atual, cenários 94-95 e a luta pelo socialismo, com Carlos Alberto Novaes e Luiz Eduardo Greenhalgh; programa econômico, com Jorge Mattoso e João Machado; reforma e democratização do estado, com Marco Aurélio Garcia e Geraldo Cavagnari; reforma administrativa e funcionalismo federal, com Celso Daniel e Antonio Carlos Andrade; educação e reforma urbana, com Selma Rocha e Ermínia Maricato. O seminário se encerrou com uma oficina sobre a discussão do Programa nos estados, coordenada por Luiz Sérgio Gomes da Silva, que foi também o coordenador geral do evento.

Ato amplia a solidariedade

Mais de 250 pessoas e representantes da CUT, PT, PSB, PCB, PST-U, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Movimento dos Sem Terra, sindicatos, como o dos Ferroviários de Bauru, participaram do ato em 3 de março na Câmara Municipal, convocado pelo Comitê de Solidariedade a Edison Cardoni — que também recebeu o apoio do PCdoB e do PPS.

Muito aplaudida, Zldete, dos Sem Teto da capital, afirmou que “Cardoni não fez mais do que a obrigação ao apoiar a Caravana de Prefeitos em 89”, expressando que este é o papel de um governo a serviço do povo. Zé Dirceu, também calorosamente aplaudido, garantiu que o seu governo estará voltado para a organização e mobilização popular.

O sucesso do ato demonstra a

grande disposição que existe para defender o PT e a candidatura Lula das armações das elites. Neste caminho deve se engajar a defesa de todos os companheiros petistas que hoje sofrem perseguições.

Para a continuidade da luta foi aprovado o “Tribunal Popular: o governo a serviço do povo”, a formação de uma comissão de personalidades para a entrega dos abaixo-assinados ao Tribunal de Justiça do Estado, exigindo a absolvição de Edison Cardoni, ex-presidente da PRODAN. Já assinaram Lula, Dom Pedro Casaldaliga, Franco Montoro entre outros.

A entrega dos abaixo-assinados deverá ser feita até o final de março, na sede do Comitê de Solidariedade a Edson Cardoni, no Sindicato dos Arquitetos, rua Mauá, 878 — metrô Luz.

GOVERNO FLEURY**Corrupção e impunidade**

O chamado “Caso Israel” ainda vai azedar o sorriso do governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, e do candidato a presidente Orestes Quécia (PMDB). A maracutaia — aquisição de equipamentos para universidades feita pelo governo Quécia, sem licitação e superfaturada, no valor de US\$ 310 milhões, feita entre 1989 e 1990 — tem como principais envolvidos (beneficiados?) o próprio Quécia e seu sucessor Fleury, que na época era secretário de Segurança Pública.

Coube ao atual secretário de Administração de Fleury, Antonio Araldo Dal Pozzo, arquivar dois pedidos de investigação do caso em novembro de 1991 e fevereiro de 1992. Mas o Ministério Público está mudando: com a eleição do novo Conselho Superior, o “Caso Israel” foi reaberto, a partir da solicitação feita pela bancada do PT na Assembléia Legislativa em conjunto com o deputado federal Luiz Gushiken (PT-SP).

“O procurador-geral José Emmanuel Burle Filho, percebendo a posição favorável do Conselho Superior à reabertura do caso, antecipou-se e, às vésperas da reunião, reabriu o inquérito”, conta o líder do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Luiz Azevedo. Quécia e Fleury já depuseram no Superior Tribunal de Justiça, que deve indiciá-los em breve. A bancada do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo está pro-

pondo uma CPI para apurar mais uma façanha de Fleury: o governo estadual é detentor do recorde de 31,8% de deficit orçamentário em 1993 — o maior de todos os tempos no estado. A atual gestão conseguiu o impossível: ultrapassar a média dos quatro anos do governo Quécia, que detinha a marca dos 15,5% de deficit — quase cinco vezes maior do que a média dos governos anteriores, de 3,5%.

O discípulo

Em matéria de gastar mais do que arrecada, Fleury é um bom aluno. Enquanto seu antecessor Quécia chegava ao recorde de 23,9% em 1990 — seu último ano de governo — o discípulo estreou com 15,1% de deficit já em 91. Daí por diante, a ordem foi subir sempre, sem olhar para baixo. Em 92, Fleury cravou a marca de 24%, demonstrando o tamanho do fôlego de seu descaso com o erário público. Mas 93 é que foi a grande temporada do gastador: 31,8% de deficit, ou seja, para cada cruzeiro arrecadado, o governador gastou quase um terço a mais.

Com isso, o orçamento de 1994 já está comprometido, diminuindo os já precários investimentos nos setores sociais — saúde e educação, por exemplo. Se for mantida a tradição de ano eleitoral — muito gasto e pouco benefício para a população — o discípulo de Quécia tem tudo para quebrar mais este recorde.

Você ainda não assina a revista Teoria & Debate?**Estamos em Campanha!****Veja estes preços:****4 edições – CR\$ 12.600,00****8 edições – CR\$ 22.400,00****Ligue para nós: (011) 220.2103**

E se você já é assinante e não está recebendo regularmente seu exemplar, entre em contato conosco.

ASSINE O BOLETIM NACIONAL

Nem coelhinho, nem chocolate. Os companheirinhos(as) preferem uma assinatura do BN

O PT e o governo Lídice da Mata

As resoluções aprovadas pelo II Encontro Municipal do PT sobre o governo Lídice pontuaram um conjunto de contradições políticas que tinham como resultado, principalmente, a ausência de um perfil administrativo da gestão. A dispersão das forças que participaram da Frente Popular, a incorporação de outras forças de natureza conservadora e o processo de centralização empreendido pelo núcleo central do governo eram os indicativos mais explícitos de que esse modelo dificultaria a implementação de um governo democrático e popular.

Ao longo de um ano de gestão, o governo não foi capaz de realizar uma estratégia política para governar a cidade atendendo aos interesses da maioria da população.

Mesmo com avanços setoriais, como por exemplo a melhoria na limpeza e conservação da cidade, o relacionamento com os sindicatos de servidores e a política tributária, particularmente o IPTU, o atual governo não vem correspondendo à trajetória política da esquerda majoritária em sua composição.

A gestão Lídice da Mata deixou-se levar pelo pragmatismo e por respostas tímidas e pontuais às carências

Em 1992, o PT de Salvador (BA) integrou uma aliança de oito partidos, responsável pela eleição de Lídice da Mata, do PSDB. A seguir, um resumo da avaliação feita pelo DM de Salvador sobre o governo tucano na cidade.

as da cidade. Em várias questões decisivas, optou pela reprodução de métodos convencionais, provocando na população um sentimento de apatia, desânimo e rejeição à administração.

A política de alianças com segmentos conservadores, levada a efeito ainda no 2º turno das eleições, se ampliou.

Na relação do governo com os movimentos sociais, em que pese a abertura de canais democráticos superiores às administrações anteriores, a gestão Lídice da Mata não conseguiu qualificar a sua interlocução com os mesmos.

Seqüestros

Salvador é um município com dificuldades financeiras. De uma parte, pela reduzida capacidade de arrecadação de tributos, por ser uma cidade cuja principal atividade eco-

nômica são os serviços. De outra, pela nefasta rapinagem das finanças públicas promovida por empreiteiras, herança criminoso da gestão Mário Kertész. (As empreiteiras, por ordem judicial, sequestram boa parte da arrecadação do município em pagamento de dívidas contráidas pelo ex-prefeito Mário Kertész—85/89).

A auditoria da dívida municipal, promessa de campanha, não foi efetivada. Os dados sobre a dívida, prometidos para 1º de dezembro, não foram tomados públicos. Essa situação não esclarece a sociedade civil sobre os valores que estão realmente sendo sequestrados e se existem interesses particulares sendo protegidos.

O governo fez opção por uma política conciliatória com as empreiteiras na questão do seqüestro de verbas, ao invés de optar pela

mobilização social.

FHC e a sucessão

Governando um município com problemas financeiros agudos, a prefeita Lídice da Mata, contraditoriamente, apóia o plano econômico do ministro do seu partido, Fernando Henrique Cardoso, que reduz ainda mais as combatidas finanças municipais.

No plano da sucessão estadual, o núcleo de poder da prefeitura aderiu à pré-candidatura de Jutahy Magalhães ao governo estadual e, desde o início da gestão, não tem conseguido separar iniciativas políticas e administrativas da campanha para o fortalecimento desta candidatura.

A posição do PT

O PT reafirma a sua posição de independência em relação ao governo Lídice. Principalmente pela trajetória de componentes desse governo, acreditamos que ainda é tempo de corrigir os rumos da administração. Sanar os erros apontados e ser sensível aos anseios da mudança da população. Por fim, o PT conclama a administração, os partidos que a compõem e a população de Salvador a fazer uma avaliação pública do primeiro ano dessa experiência.

SANTOS

Vencendo a discriminação



Eles vivem em casas de madeira. São guardas-noturnos, pedreiros, costureiras, domésticas, pasteleiros, manobristas, caminhoneiros. A maioria das famílias não chega a ter uma renda mensal de três mínimos. Nenhum deles reside ali há menos de um ano — os atingidos pela recessão do governo Collor. Os mais antigos equilibram suas palafitas no mangue há 15 anos, mas há quem sofra com a maré alta há 43 anos. Os diques de Santos e São Vicente surgiram nos anos 50, quando o Ministério de Viação e Obras Públicas determinou a recuperação dos manguezais para atividades agrícolas. As atividades agrícolas nunca aconteceram e a área passou a ser uma alternativa de moradia.

Discriminação

Hoje, o projeto do dique é a maior

obra de urbanização de favelas em andamento no país. Vai beneficiar diretamente 20 mil pessoas com o saneamento da área e a construção de 3.200 moradias. Para realizá-lo a prefeitura de Santos (SP) conta com recursos próprios e do Ministério do

Bem Estar-Social, além de buscar financiamento externo. No entanto, está encontrando outro tipo de barreira: a discriminação.

Os moradores do dique sofrem a hostilidade dos moradores da Praça da Paz Universal, que tentam impe-

dir a instalação de abrigos provisórios no local. O projeto prevê (só na primeira fase) a transferência temporária das famílias para abrigos. Cada família ocupa os abrigos por 90 dias. Neste tempo será concluída a moradia própria para onde a família retornará.

Diferentes segmentos sociais que apoiam o projeto realizaram, no início do mês, um ato público em repúdio à discriminação e aos atos de vandalismo ocorridos na Praça. A prefeitura também enfrentou — e ganhou — uma briga com seis promotores que pediram liminar contra a construção dos abrigos provisórios. O juiz Marcos Blank Gonçalves da 1ª Vara de Feitos da Fazenda de Santos negou a liminar alegando: “o ato do Executivo não fere a ordem jurídica, pois presente está o interesse público”.